

Ofício nº 0732 / 2022 / GIGOV/JF

Juiz de Fora, 10 de Novembro de 2022

A Sua Excelência o Senhor
Ricardo Celles Maia
Prefeito Municipal de Vieiras

Assunto: **Orientações para Continuidade do Processo.**Ref.: **Contrato de Repasse OGU nº 923321/2021 - Operação 1080841-63 - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano – obras de pavimentação e infraestrutura urbana**

Senhor Prefeito Municipal,

- 1 Comunicamos que a referida operação foi considerada tecnicamente viável, permitindo seu prosseguimento quanto às análises pós-contratuais.
- 2 Inicialmente importa salientar que esta operação foi contratada a partir de 02/01/2017, obedecendo o regramento da **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 424/2016, de 30/12/2016**, alterada pela **Portaria Interministerial ME/CGU Nº 558/2019, de 10/10/2019**, operação esta classificada no **Nível I-A** da Portaria (Art. 3º).
- 2.1 Diante desse regramento legal, elencamos algumas definições importantes, a saber:
 - É vedada a prorrogação de vigência de contratos enquadrados no **Nível I** (Regime Simplificado – Art. 65 ao 67 da Portaria 424) após a emissão da autorização de início de obras, salvo no caso de atraso na liberação dos recursos pelo Ministério.
 - Para todos os Níveis, **não** é permitida a reformulação dos projetos de engenharia das obras e dos serviços de engenharia ora aceitos, sendo **vedada a reprogramação** dos contratos enquadrados nos Níveis I e I-A (Art. 6º da Portaria 424);
 - São vedados o início de execução de novos instrumentos e o desembolso de recursos, pelos Ministérios, caso o conveniente tenha outras operações apoiadas com recursos do Governo Federal **sem execução financeira por prazo superior a 180 dias**;
 - **Extinção contratual** para operações sem execução financeira há mais de 180 dias, sem execução física aferida;
 - Será devida tarifa mensal de manutenção de contrato a partir do 181º dia sem evolução financeira, contados a partir do 1º desbloqueio;
 - É **vedada** a utilização de rendimentos.
- 3 Esclarecemos que a responsabilidade pertinente aos processos licitatórios cabe exclusivamente aos Proponentes das operações, que devem atender a Lei 8.666/93 e, no caso de Pregão Presencial e/ou Eletrônico, a Lei 10.520/2002, e serão fiscalizados pelos Tribunais de Contas. **Lembramos que não é permitido utilizar a modalidade pregão para a contratação de obras.**
- 3.1 No caso de operações enquadradas no Nível I e I-A (Regime Simplificado – Art. 65 ao 67 da Portaria 424), as obras e serviços são licitados obrigatoriamente pelo regime empreitada por preço global, exceto reformas e obras lineares.
- 3.2 Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente estarão aptos se publicados **após** o aceite do projeto técnico pela Caixa.
- 4 Dessa forma, informamos que a CAIXA, para o prosseguimento do referido Contrato de Repasse, necessita adotar medidas que objetivem garantir a perfeita execução do empreendimento previsto no Plano de Trabalho.
- 5 Para tanto, solicitamos encaminhar à CAIXA, para verificação, os documentos abaixo elencados, que **deverão ser anexados na Plataforma +Brasil** através de registro na pasta Anexos da aba **“Verificação do Resultado do Processo Licitatório”**:
 - 5.1 Expedientes operacionais:

- a) Ofícios de Documentação Relativa ao Regime de Execução e de Encaminhamento de Documentação Relativa ao Processo Licitatório (MO28068);
- b) Publicação do resumo (extrato) do edital;
- c) Publicação do ato de homologação e Publicação do Despacho de adjudicação (IN MEconomia nº 211/2019) para contratos assinados a partir de 2019; ou
- d) Ato de Homologação e Despacho de Adjudicação somente para contratos assinados até 2018;
- e) Declaração firmada pelo chefe do poder executivo (Contratado), atestando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei de Licitações (MO28063);
- f) Declaração emitida pela empresa vencedora da licitação ou pelo Contratado atestando que a empresa vencedora da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante;

5.2 Expedientes Técnicos:

- a) Declaração informando regime de execução, **quando a informação não estiver contida no CTEF**;
- b) Licença de Instalação, **caso a intervenção tenha exigido Licença Prévia na fase de análise**;
- c) Declaração emitida pelo Conveniente atestando que aprovou o Projeto Executivo de Acessibilidade elaborado pelo seu corpo técnico ou recebido de terceiro, e que sua execução se dará de forma a garantir o cumprimento dos itens previstos na Lista de Verificação de Acessibilidade (condicionante para o 1º desbloqueio, no caso de obras);

Obs.: As ART/RRT de Execução e Fiscalização, bem como a Ordem de Serviço, **serão inseridas posteriormente na Plataforma +Brasil**, aba **"Acompanhamento de Obra"**.

6 Para a comprovação da publicidade dos atos da licitação, perante a CAIXA, o tomador deve apresentar cópia da publicação nos instrumentos de comunicação, conforme a seguir.

6.1 No caso de licitação de obras:

- a) **Edital**: cópia da publicação no DOU;
- b) **Demais atos da licitação**: cópia da publicação na imprensa oficial do Município;

6.2 Para os casos em que a publicação se dê na imprensa oficial, caso o instrumento utilizado não seja o DOU, DOE ou o Diário Oficial do Município, o Contratado apresenta declaração para compor o processo, na qual informe a lei e respectivo artigo que estabelecem os instrumentos considerados como imprensa oficial.

6.2.1 Quando a imprensa oficial adotada pelo Contratado for quadro e/ou mural de avisos, além da lei autorizativa e respectivo artigo, a declaração citada no item anterior deve atestar o período e o local da publicação.

7 A solicitação de recursos ao Ministério ocorre somente após o aceite do resultado do processo licitatório na Plataforma +Brasil.

8 A autorização para o início do objeto depende, da verificação favorável pela Caixa, referente a documentação anteriormente citada e ainda do desembolso de recursos da 1ª parcela de repasse da União.

9 Permanecemos à disposição.

Respeitosamente,

ÉRICA NEVES ABREU
Assistente Sênior
Gerência Executiva e Negocial de Governo Juiz de Fora

SERGIO WERNECK RODRIGUES
Gerente de Filial
Gerência Executiva e Negocial de Governo Juiz de Fora